

-----ACTA N.º 06-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 Setembro-----

-----Aos trinta dias do mês de Setembro de 2010, pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão Ordinária, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2010 a aplicar em 2011, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**2.º Ponto** - Fixação da taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2011 a cobrar em 2012, a que os municípios têm direito em cada ano, tendo presente o art.º 20.º da Lei 2/2007 de 15.01;-----

-----**3.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, ao lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2011, no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;-----

-----**4.º Ponto** - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2011, prevista na Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro - Lei das Comunicações Electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção;-----

-----**5.º Ponto**– Autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, excepcionado, para financiamento da Reparação/ Reposição de danos causados pelas intempéries de 23/12/2009, até ao montante de €1.959.775,00 em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**6.º Ponto** - Discussão e votação de proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras, em cumprimento da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção e no n.º 2 do art.º 3.º do Decreto –Lei 209/2009, de 03/09;-----

-----**7.º Ponto** - Autorização para o Órgão de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, durante o mandato em curso, deliberar sobre a atribuição anual de apoio financeiro ao Serviço Social dos Trabalhadores do Município de Torres Vedras até ao montante de € 17.000,00, nos termos do disposto da alínea e) do n.º 4 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**8.º Ponto** – Aprovar, nos termos do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a proposta de revisão à organização dos serviços da administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

-----**9.º Ponto** - Discussão e votação da proposta da 1.ª alteração ao Regulamento Municipal sobre Licenciamento das diversas actividades previstas no Decreto Lei n.º 310/2002 de 18.12, em

cumprimento da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09;-----

----**10.º Ponto** – Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Rede CIVITAS, nos termos da alínea m), do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;-----

----**11.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pelo Sr. Francisco Cruz Branco da Silva.-----

----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, Susana Maria Ribeiro Neves, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, António Carlos Nunes Carneiro, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Maria João Carvalho Franco Roque Alves, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rui José Prudêncio, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Graça Maria Martinho da Silva, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomaz, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Martins, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos e Bernardino Eugénio Jorge-----

----Faltaram os membros Mara Isabel Batista Eleutério, João Paulo Moreira dos Reis, Paulo Jorge Marques Marreneca e Carlos Alberto Lopes Veloso.-----

----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Umbelino, Maria Paula da Silva e Paulo Roseiro Lopes, e Bruno Miguel Félix Ferreira.-----

----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** deu nota que o Segundo Secretário da Mesa, Sra. Mara Eleutério estava ausente devido ao falecimento de um familiar pelo que propôs, para completar a mesa o membro Francisco Branco da Silva, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES: -----

----O **Sr. Presidente da Mesa** informou que a acta n.º 5 de 18.06.10 que foi previamente distribuída

por todos os membros, encontrava-se na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.-----

----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o texto definitivo da acta apresentada.----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

----Anota-se que foram numerados 3 documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO 1:-----

----Presente informação DASS/SJ/055, do Sector de Juventude, de 1 de Setembro a remeter as propostas aprovadas na Assembleia Final do Jogo do Município com o tema “Linhas de Torres Vedras: passado, presente....e que futuro?”.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

----Presente e-mail de Ana Elisa Pedreira Martins, de 26 de Setembro, a informar que, por motivos pessoais, estará ausente entre os dias 27 de Setembro a 2 de Outubro, pelo que não poderá estar presente na sessão, solicitando a sua substituição.-----

----Foi convocado e encontrava-se presente Bernardino Eugénio da Cruz Jorge.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-----

DOCUMENTO 3:-----

----Presente e-mail de Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, de 22 de Junho último, a solicitar que lhe seja justificada a falta à sessão ordinária de 18 de Junho por motivo profissional.----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou as justificações de faltas apresentadas.-----

----De seguida teve início o Período Antes da Ordem do dia.-----

VOTO DE PESAR:-----

----O Presidente da Mesa Sr. Alberto Avelino propôs à Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do avô do Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sra.Mara Eleutério.--

----A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, mandar lavra em acta um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Batista.-----

VOTO DE PROTESTO:-----

----De seguida leu o voto de protesto, subscrito pelo Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: -----

----“Uma organização política de juventude fez distribuir pelas crianças e jovens da nossa comunidade um impresso de horário escolar onde se pode ler a frase:-----

-----“Sou mal educado graças a quinze anos de governação socialista.”-----

-----Esta atitude, a todos os títulos lamentável, não pode deixar de suscitar um inequívoco protesto acompanhado de profunda tristeza, nomeadamente, porque:-----

-----Qualifica indistintamente as crianças e jovens de “mal educados”;-----

-----Cauciona uma cultura de auto-desculpabilização, relativamente aos que, de facto, são “mal educados”; e-----

-----Faz crer que a boa ou má educação das crianças e jovens do nosso país é obra dos Governos — quaisquer que sejam — e não da sociedade no seu todo, relevando com responsabilidade primeira e determinante, a família que os próprios integram.-----

-----Será, aliás, mistificador da realidade não reconhecer o que, de há muito, a sabedoria popular deu como adquirido, ou seja: “casa de pais, escola de filhos”.-----

-----E, nesta perspectiva intergeracional, devemo-nos interrogar que forças políticas -no plural - têm detido responsabilidades na condução da política educativa em Portugal.-----

-----Acrece, neste domínio, o papel medíocre que poderosos meios de comunicação social têm desempenhado, fazendo a apologia da crença no êxito imediato e sem esforço, qual vida de “morangos com açúcar”.-----

-----Não obstante, na essência, é de extrema gravidade legitimar a atitude, particularmente entre as crianças e os jovens, de que a culpa é sempre de outrem.-----

-----É muito grave, de facto, fomentar o sentimento de invariável ausência de culpa, a que se associam o da irresponsabilidade e o da impunidade, meio caminho para comportamentos anti-sociais.-----

-----Os responsáveis da Juventude Social-democrata utilizaram um tema matricial da sociedade portuguesa em termos mistificadores, injustos e, sobretudo, atentatórios de princípios que devem nortear a educação e formação de carácter das jovens gerações, pelo que a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 30 de Setembro de 2010, delibera manifestar voto de protesto”.-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* defendeu que o voto em discussão surgiu após a bancada socialista ter tido conhecimento de uma folha tipo horário, que terá sido distribuída junto da população escolar, com a frase “sou mal educado, graças a 15 anos de governação socialista.”-----

-----Disse que depois de ler e reler, questionou-se se o português tinha mudado e interpelou pessoas que não exercem qualquer cargo político, cidadãos comuns, qual a interpretação, que foi “eu sou mal educado / eu sou malcriado”.-----

-----Foi mais longe e após pesquisa junto dos dicionários, apurou, quer ao nível popular, quer ao nível dos puristas da língua portuguesa, que o sentido desta expressão “eu sou mal educado” é só aquele, não tem segunda hipótese.-----

-----Considerou que é de mau gosto da irresponsabilidade e está nos antípodas daquilo que em

democracia é o papel ou deve ser o papel das organizações políticas.-----

----Registou que nos considerandos do voto de protesto julgam deixar claro este entendimento, pois a expressão é formulada genericamente e portanto qualifica indistintamente, não visa especialmente estes ou aqueles. São indistintamente as crianças e os jovens que são mal educados.-----

----Quanto ao culpar os governos, qualquer que eles sejam, disse que é a maior mistificação que se pode conceber, porque todos sabem que a educação das sucessivas gerações da sociedade humana é essencialmente fruto da sociedade. -----

----Entende que ilude e mistifica uma realidade que a sabedoria popular consagrou e que particularmente, na área política, nem sempre há a coragem de assumir, que é o papel dos pais e da família, aproveitando para manifestar a discordância com a anterior Ministra da Educação por nunca ter tido uma palavra de responsabilização dos pais e da família.-----

----Acrescentou que ao dizerem que a responsabilidade é da sociedade, com a família à cabeça, não podem ignorar que na sociedade moderna, a televisão influencia a educação e a formação do carácter e em lugar de fazer o estímulo, ao talento, ao esforço, ao trabalho, faz a apologia da crença do êxito fácil, imediato, sem esforço, como se a vida fosse uma vida de “morangos com açúcar”.-----

----Salientou que quando há uma força política com a responsabilidade como a JSD, assumir estas atitudes, estas mensagens é particularmente grave. E por isso devem considerar que se trata de uma mensagem mistificadora, de uma mensagem atentatória de princípios que devem nortear a educação a formação e o carácter das nossas crianças e dos nosso jovens.-----

----Interveio de seguida o **Sr. Marco Claudino** declarando que estava à espera de tudo menos desta iniciativa do Partido Socialista, até porque quando soube que iram apresentar um voto de protesto, pensou que era referente às novas medidas de contenção que o 1.º Ministro apresentou na véspera.---

----Nesta sequência, lamentou o tempo gasto pelo Partido Socialista a falar nesta iniciativa da JSD e dos “morangos com açúcar” que espelha bem que está a confundir as questões que ainda tem por resolver com a TVI.-----

----No entanto tem a certeza de que perceberam muito bem o recado. Perceberam que 15 anos de governação socialista, levaram a 21% de desemprego, levaram a um trabalho de estatísticas e eles sabem que não podem olhar para as estatísticas, têm que trabalhar para uma democracia.-----

----Disse que não ia dar mais relevo à discussão, pois acha que um partido que preza liberdade de expressão, preza a liberdade de manifestação dos partidos, insistir com o voto de protesto a uma iniciativa que tinha bem objectivada a sua intenção, a má educação que o José Augusto de Carvalho quis encontrar no dicionário, é de quem quer apenas compreender o elemento literal e não compreender o político.-----

----Reconhecendo que o membro de política percebe, só pode compreender que fez uma interpretação como quis e de má consciência.-----

-----Reportando-se à alusão à anterior Ministra da Educação e também ao facto de já ter sido dito noutra sessão que o anterior Ministro da Agricultura também era mau, questionou se só irão reconhecer que os actuais ministros também não são bons, quando estes saírem.-----

-----Concluiu dizendo que se o Partido Socialista quiser falar de iniciativas nacionais, de iniciativas políticas podem falar, na certeza de que as iniciativas dos últimos meses dariam bastante para que o PSD também quisesse fazer a sua delonga política educacional, mas têm outros assunto municipais que são relevantes e são a esses que irão dar mais enfoque.-----

-----Agarrando nas últimas palavras do colega, o *Sr. António Carneiro* fez notar que este era um assunto municipal e como preza a boa educação dos jovens da sociedade torriense, o PS tomou posição sobre algo que se está a passar no espaço do território do município torriense. -----

-----Continuou indicando que quem sabe ouvir, quem sabe interpretar expressões, tons de voz e gaguejar, percebeu quem é que está incomodado.-----

-----Frisou que estão a brincar com coisas muito sérias, sendo evidente que o Partido Socialista mantém o seu voto de protesto e cada um assume o entendimento que tem sobre a responsabilidade de adultos perante a educação dos jovens.-----

-----A *Sra. Graça Silva*, mostrou a sua indignação considerando a iniciativa da JSD de muito mau gosto. Lamenta que os elementos da bancada do Partido Social Democrata a considerem normal e não lhe dêem nenhuma importância.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* solidarizou-se com o voto de protesto em causa, pois considera o panfleto de autoria da JSD uma má educação que só o mesmo pode espelhar.-----

-----Concluídas as intervenções, a Assembleia Municipal, deliberou, aprovar por maioria de 27 votos a favor, 4 votos contra e 5 abstenções.-----

VOTO DE CONGRATULAÇÕES:-----

----O Membro *Marco Claudino*, considerando a apresentação de renúncia ao mandato do Vereador Dr. Carlos Pina na reunião do Executivo da passada terça-feira propôs à Assembleia Municipal que fosse lavrado em acta um voto de congratulações ao autarca. -----

-----Em nome do PSD de Torres Vedras, salientou a sua postura ao longo dos cinco anos, durante os quais, representou bem, o Partido Social Democrata nos Órgão Autárquicos, mas sobretudo representou bem a sua função de Vereador na Câmara Municipal.-----

-----Havendo a concordância de todos os membros presentes, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade mandar lavra em acta um voto de congratulações ao Dr. Carlos Pina pela forma digna e dedicada como desempenhou as suas funções de vereador nos últimos 5 anos assim como a postura e empenho que sempre colocou em representação dos Órgãos Autárquicos e de Torres Vedras.-----

PARQUE VERDE DA VÁRZEA:-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* disse que o Parque Verde da Várzea dá ideia, a quem lá vai

ultimamente, que não tem sido bem cuidado, nomeadamente o Parque Infantil, cujos baloiços estão muito degradados, faltam pinturas e outro tipo de arranjos.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o Parque tem uma equipa permanente que faz os trabalhos de ajardinamento e de recuperação ou manutenção do material.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL – CONCERTO DOS GNR:-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* considerando ter sido boa uma boa opção da autarquia, ter a banda em título na inauguração do mercado, questionou sobre os custos que envolveram todo o concerto.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que os músicos actuaram de forma gratuita e o custo da logística rondou €20.000. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FEIRA RURAL:-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* tendo em conta o sucesso da feira em título, a qual considera que contribuiu para que alguns agricultores aumentassem a sua receita, lamentou que a mesma não se realize nos meses de Inverno.-----

-----Neste sentido, questionou da viabilidade de, durante os meses de Inverno, em vez de encerrar, a Feira Rural fosse transferida para a um dos pavilhões da Expotorres, para que todo o ano continuasse a haver esta dinâmica.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* explicou que a feira surgiu e existe enquanto feira de animação do comércio tradicional, aproveitando e enaltecendo o melhor que se faz na região.-----

-----Explicou ainda que se pretendeu ocupar o espaço público, no conceito de quem viesse à feira rural, também fizesse compras no comércio tradicional, pelo que não faz sentido ter uma lógica distinta de venda do produto hortícola do que esta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SISTEMAS DE VIDEO-VIGILÂNCIA:-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* questionou qual o ponto de situação da implementação do sistema de vídeo vigilância em Torres Vedras, assunto já abordado noutras sessões.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou o Conselho Local de Segurança, tem reunido e as conclusões apuradas são que as medidas implementadas e que vão ser alargadas em termos de horário, têm sido suficientes de forma a que não se justifica, pelo menos para já, qualquer introdução de sistemas de vídeo vigilância.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2011 - MEDIDAS DO GOVERNO:-----

-----Aludindo ao voto de protesto já discutido o *Sr. Luís Carlos Lopes*, disse, sem qualquer tipo de desprimor, que não era uma questão importante para ser discutida na Assembleia Municipal,

comparativamente com a notícia dada na véspera pelo Sr. Primeiro Ministro que o preocupa como cidadão nacional e pelas repercussões que terá no concelho.-----

-----Referiu-se ao agora “PEC III”, o qual vai definir entre outros o congelamento dos investimentos até ao fim do ano, reduzir o PIDDAC em €300.000.000 reduzir as transferências para as autarquias em €170.000.000 assim como, a nível de pessoal, congelar admissões, reduzir o número de contratados e congelar as promoções e as progressões.-----

-----Sem querer voltar a questões antigas como a da CREL ou da oportunidade que poderiam ter tido há uns anos atrás, de fazer as escolas sob três formas, parcerias público privadas que agora não existem, QREN e endividamento, disse que gostaria de ouvir do Edil esclarecimentos detalhados, sobre o que pensou para o município, nomeadamente sobre todas as infra-estruturas que prometeu no seu programa eleitoral e aquelas que, não estando prometidas, são essenciais e sobretudo o que pensou de como poupar dinheiro.-----

-----O *Sr. Nozes Pires* disse que leu com atenção o parecer que foi remetido aos líderes “Os Municípios e Medidas complementares ao PEC” emanado do Conselho Geral da ANMP, tendo sido com alguma surpresa agradável, que verificou as críticas duras e acutilantes que fazem relativamente às medidas do PEC II, que acabam por cair completamente dentro deste orçamento do estado, do qual hoje conhecem as linhas gerais.-----

-----Deste parecer salientou as principais medidas do governo que se traduzem numa nova redução em €100.000.000 nas receitas municipais, aumento gbbal dos impostos, que se traduzem em cerca de €34.000.000 e no aumento da despesa que os municípios terão que suportar pelo agravamento das taxas do IVA.-----

-----Lembrou ainda que hoje já sabem que o IVA irá subir 23%, que o endividamento líquido tem que ser nulo e interrogava-se não teriam que realizar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para uma revisão do orçamento.-----

-----Frisou que estas linhas gerais, apresentam medidas suficientemente concretas para os preocupar, tanto como trabalhadores, reformados ou como cidadãos da autarquia e membros da Assembleia Municipal ou seja representantes e defensores dos interesses da autarquia.-----

-----Concluindo questionando quais serão as consequências para a autarquia e quais as medidas pensadas para redução das despesas, no respeitante às IPSS e outras instituições sociais, subsídios sociais, educação, refeições e outras ajudas que são mais do que justas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por dizer que trazia grande preocupação enquanto cidadão e torriense pelos anunciados cortes nos orçamentos da autarquia, muito embora tenha a certeza que corte substancial não será nas transferências do estado, mas nas taxas municipais.-----

-----No entanto declarou que ficou descansado pois pelas as intervenções já proferidas tem a certeza absoluta, que os líderes da oposição presentes têm muita influência junto das suas lideranças

nacionais e estas medidas vão ser chumbadas.-----

-----Salientou que estão perante uma realidade que vão ter que enfrentar, há medidas que vão ser tomadas e resta saber se vão ser implementadas ou não, se serão eficazes, porque justas dificilmente serão e aguardar os seus efeitos.-----

-----Quanto à questão das repercussões no orçamento da Câmara de Torres Vedras, ainda é cedo para saber uma vez que não sabem a percentagem das reduções.-----

-----No entanto lembrou que não é uma medida de agora e já o tinha dito numa sessão anterior, com o PEC as câmaras, ficaram impedidas de se endividar, independentemente da sua capacidade, exceptuam-se dessas medidas as candidaturas ao QREN.-----

-----Dirigindo-se ao membro Luís Carlos Lopes esclareceu que sendo Torres Vedras um dos dois Municípios do Oeste que tem possibilidades reais e económicas de fazer parcerias público privadas, não o fez por achar que não é uma boa opção. Solicitou que o membro questionasse o Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça sobre a experiência que tem com a construção de duas escolas através de parcerias público privadas com uma empresa que está a operar em Torres Vedras.-----

-----Deixou o desafio de, na próxima sessão, dizer-lhe a resposta do autarca de Alcobaça. -----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* objectou nunca ter dito que havia um modelo único, apenas disse e continua a defender que há uns anos atrás, poderiam ter sido tomadas algumas opções, que poderiam ter levado a que neste momento tivessem mais obra concluída.-----

-----Pareceu-lhe ouvir uma perda de solidariedade socialista, uma vez que o edil solicitou ao PSD que vote contra o PS na Assembleia da República e fica contente, por que há pela 1.ª vez, uma manifestação pública de descontentamento contra um governo da própria cor, o que está correcto, tal como disse o fundador do PSD “Primeiro a nossa terra”.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA RÉPUBLICA:-----

-----O *Sr. Nozes Pires* indagou sobre o programa comemorativo do 100.º da República.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que no dia 5 de Outubro, integrado no programa “100 anos, 100 escolas” seria inaugurada da Escola Básica e Jardim de Infância de Santa Cruz.-----

-----Informou ainda que, fazem parte da comemorações, uma exposição “Rostos da República - Retrato de Presidentes” patente na Galeria Paços do Concelho e no Teatro-Cine, um concerto evocativo pela Banda dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRÉMIO – “AUTARQUIA FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL”:-----

-----A *Sra. Susana Neves* pediu a palavra para partilhar com os presentes uma nomeação honrosa da Câmara Municipal de Torres Vedras que se distinguiu, entre e somente, 17 Câmaras Municipais a nível nacional, por boas práticas de apoio às famílias e ajuda às mais numerosas, recebendo o

prémio em título, atribuído pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas.-----

----Acrescentou que o mérito foi atribuído, pelo trabalho que a autarquia tem desenvolvido, através de acções de formação parental, que tem como exemplo “Conversas com pais” e também acções de aconselhamento parental, apoio jurídico, financiamento a IPSS, as quais lançam projectos pilotos e inovadores, na área do apoio domiciliário de pessoas doentes e idosas.-----

----Salientou ainda acções de atendimento social a grupos de famílias desempregadas, em situação de doença de elevada dependência e a nível da habitação e arrendamento social.-----

----Felicitou a Câmara Municipal, que cada vez mais se vê a complementar ou a substituir os serviços da Segurança Social, que em muito já não consegue providenciar respostas às famílias e vitoriou-se por ter uma autarquia atenta, próxima e em consonância com muitos e graves momentos de crise familiar.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ABERTURA DO MERCADO MUNICIPAL:-----

----O *Sr. João Bastos* começou por congratular-se com abertura do Mercado Municipal, pois considera que é um equipamento fundamental, de grande importância para o concelho, para a cidade e em particular para o centro histórico.-----

----A propósito da inauguração citou um artigo publicado no Jornal “Badaladas” de 17.11 em que o edil diz “uma grande obra que todos nós orgulhamos, é uma obra do PS de Torres Vedras, para a cidade e para o concelho e também para o país”, e ainda “os nossos adversários políticos, nunca disseram que eram contra a construção do novo mercado municipal, mas tudo fizeram para que o mercado provisório não se construísse”, para dizer que em relação à posição do PSD sobre o modo como construiu o edifício, o projecto previa a construção em duas fase, para permitir que antigo mercado continuasse em funcionamento enquanto era construída a 1.ª fase, e numa 2.ª fase demolia-se o edifício antigo e construía-se o restante estacionamento e a praça onde está o “Senhor Vinho”. -

----Lembrou ainda que quando discutiram esta matéria, manifestaram a opinião de seguir o que estava inicialmente previsto de modo a não onerar a Câmara com a construção de um novo pavilhão para albergar provisoriamente o mercado, mesmo que o mesmo viesse a ser aproveitado pelo SCT.--

----Lembrou também que o pavilhão vai custar à autarquia €20.000 por mês durante 10 anos, mais os custos de adaptação para pavilhão desportivo, o que representa, no opinião do PSD, um custo demasiado elevado pela utilização de cerca de 2 anos de mercado.-----

----Nesta sequência entende que por manifestarem uma opinião diferente era injusto dizer que tudo fizeram para encravar a construção do Mercado Municipal.-----

----Quanto à afirmação de ser uma obra do PS de Torres Vedras, pensava que era obra da Câmara Municipal e tanto quanto julga saber nem toda a Câmara é do PS. Mesmo no Executivo e voltando

ao início do processo, lembrou as participações do Dr. José Afonso Carneiro, nas negociações da compra dos terrenos e do Vereador Caetano Dinis, que teve o pelouro dos mercados e também teve uma participação determinante na fase de arranque do projecto.-----

----Fez notar que uma obra desta envergadura teve uma participação efectiva dos serviços da Câmara e dizer que é obra do PS de Torres Vedras é deixar de fora pessoas que participaram e deram o seu melhor, enquanto profissionais e muitas delas não são do Partido Socialista, ou então estão a confundir a Câmara Municipal com o Partido Socialista, o que é preocupante.-----

----Por último questionou qual vai ser o destino do 3.º piso, onde estava previsto um restaurante com 800m², sobre a colocação de toldos na praça ao redor do “Senhor Vinho”, pois poderá haver o risco da visão/leitura da escultura ficar comprometida e ainda para quando está previsto o início da construção nos lotes a poente do mercado já que é neles que se vai instalar a Loja do Cidadão-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* anuiu ter dito e repetiu que é uma obra do Partido Socialista, mas nunca disse que é só do PS.-----

----Reforçou que o Partido Socialista foi a força motriz do equipamento e não tem qualquer dúvida que, se houve forças a atrasar, o Partido Social Democrata foi uma delas.-----

----Anotou que hoje é fácil de se gostar do mercado municipal, mas cada um tem que assumir as suas posições e não obstante as oposições serem livres dos seus actos, também devem ser responsáveis por eles. Disse que à data ainda têm alguns problemas com o mercado, liderados pelo Partido Social Democrata de Torres Vedras.-----

----Relativamente ao 3.º piso informou que o concurso para adjudicação ficou deserto, mas já estão na posse de duas propostas de privados para ocupações distintas de restaurantes que estão a analisar após o que, a melhor solução será apresentada ao Executivo e posteriormente à Assembleia Municipal.-----

----No tocante ao invernadeiro, informou que já estão montados alguns chapéus de sol para serem abertos no dia seguinte e para funcionar alguns dias da semana, mas que a curto médio prazo, pretende-se que estejam a funcionar todos os dias em que o mercado esteja aberto.-----

----Registou a sua felicidade pela preocupação manifestada pelo Partido Social Democrata, com o “Senhor Vinho”, que já é uma obra de arte, não só apadrinhada como defendida por uma esmagadora maioria dos torrienses, quando teve um início tão periclitante e tão ofensivo para eles.---

----No que concerne aos lotes adjacentes deu nota foi à penúltima reunião de Câmara um projecto de alterações que foi aprovado, estando a decorrer o prazo para apresentar as especialidades, pelo que pensa que a curto prazo se iniciará obra naquele espaço.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENCONTRO DE GEMINACÕES :-----

----O *Sr. Francisco Branco* deu nota que no âmbito das comemorações do Bicentenária das Linhas

de Torres Vedras registou-se um encontro de geminações, que contou com representantes das cidades Villenave d'Ornon, Lillebone, Wellington, Seeheim-Jugenheim e Innerstradt e Lagos.-----

-----Para além do grande espírito de amizade, convívio e partilha de cultura, salientou a participação dos visitantes na inauguração da rotunda de Wellington, que se situa junto ao Choupal, tendo sido a opinião de muitos que estava simples, bonita e com qualidade artística. -----

-----Destacou a excelência do Mercado Municipal e espaços anexos, à rotunda junto à CP e o largo fronteiro embelezada pela obra de Joana Vasconcelos e já uma referência a nível nacional, espaço que mereceu das várias delegações estrangeiras rasgados elogios.-----

-----Aproveitou ainda para destacar a qualidade de apoios de praia inaugurados na praia norte de Santa Cruz, Praia Azul e na Mexilhoeira, que valorizaram os locais e serviram bem os utilizadores. -

-----Frisou que passo a passo a Câmara de Torres Vedras tem conseguido requalificar o concelho e oferecido atractivos a quem nos visita.-----

-----Por último apelou aos autarcas presentes que ainda não são sócios da ASSIM, que o façam, até porque esta Associação teve na sua génese tentar englobar todos os autarcas do concelho.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu a intervenção.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOBI.I - PLANO DE MOBILIDADE:-----

-----A *Sra. Graça Silva* disse que Torres Vedras está de parabéns ao participar no Plano Municipal para a mobilidade eléctrica, Mobi-i, que assenta num modelo de negócio cuja definição tem como base a interacção de comercialização de energia, operadores na área do carregamento e utilizadores de veículos eléctricos, além da identidade gestora de todo o sistema.-----

-----Deu nota que o projecto, bem estruturado, assenta em quatro áreas principais: modelo de negócio, as infraestruturas, incentivos e comunicação e os respectivos veículos eléctricos.-----

-----Deu nota ainda que já estão posicionados em frente à Câmara Municipal 2 dos 58 postos de abastecimento que serão colocados até 2015 entre Torres Vedras e Santa Cruz e elencou algumas das medidas que o plano contém para incentivo à adesão deste tipo de veículos.-----

-----Acrescentou que permite realizar e inovar em termos de tipologia de serviços, a possibilidade de criar, junto às áreas de carregamento, sistemas de serviço em que possam utilizar por exemplo Internet, pontos de venda anexados aos pontos de carregamento, para além de estar previsto a possibilidade de desenvolver sistemas de partilha de veículos.-----

-----Felicitou a Câmara Municipal por esta iniciativa inovadora que espera que continue pois, quem aderir está a ser amigo do ambiente e a contribuir para a diminuição das emissões poluentes associadas aos transportes e consequentemente melhorar a qualidade do ar e do ruído.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras do membro da Assembleia Municipal -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----O *Sr. Vereador Paulo Bento* pediu para intervir em defesa da honra.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa*, argumentou que, apesar de ser de ser um direito que lhe assiste, não lhe reconhecia a honra ferida, pelo que, não lhe deu a palavra.-----

PONTO 1 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2010 A APLICAR EM 2011, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 14573, de 2 de Setembro de 2010 da Câmara Municipal a propor os valores para Prédios Urbanos – 0,65% e Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,35%.---

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve argumentação, que orienta também o ponto seguinte, salientando que a proposta da Câmara é a manutenção das taxas fixadas no ano anterior. Este ano havia justificação económica para propor um aumento, retomando os valores de 2008, até porque a diminuição da receita tem sido uma realidade, tanto em termos de IMI como de IMT mas quiserem manter as mesmas taxas e aguardar para ver como é que a economia vai reagir em 2011. --

-----O Líder do Grupo Municipal do Grupo Municipal do Partido Socialista, *Sr. José Augusto de Carvalho* saudou a opção da Câmara Municipal na manutenção de todas as taxas que constam do agendamento para esta sessão.-----

-----Registou que na perspectiva dos interesses imediatos dos munícipes, é uma opção aceitável porque o município, mercê das dificuldades económicas do país, vai inevitavelmente ter uma quebra de receita.-----

-----Teve de seguida a palavra o líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, *Sr. Luís Carlos Lopes*, dizendo que não iriam propor redução da taxa, pois estão atentos, são responsáveis e entendem que a sanidade financeira da Câmara é importante.-----

-----Discordou com o edil por dizer que é “suicídio político”, manter as taxas do IMI, uma vez que pela evolução de receitas registada desde o início do ano, irão ultrapassar os valores de 2008 e deverão arrecadar mais de € 7.000.000. -----

-----Reforçou que não é pelo IMI que a Câmara irá ser prejudicada, uma vez que as isenções estão a decorrer dando origem a mais tributação que vai determinar que a receita aumente. Será sim pelas as taxas e licenças municipais onde há derrapagem negativa há largos anos pensando que as mesmas terão que ser reavaliadas no futuro.-----

-----Não se registando mais intervenções passou-se à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 40 votos a favor e 1 abstenção fixar a taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2010 a aplicar em 2011, para Prédios Urbanos – 0,65% e Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,35%.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 2 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL DO IRS, RESPEITANTE AOS

RENDIMENTOS DE 2011 A COBRAR EM 2012, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO, TENDO PRESENTE O ART.º 20.º DA LEI 2/2007 DE 15.01;-----

-----Presente ofício número 14579 de 2 de Setembro da Câmara Municipal a propor que a taxa em epigrafe venha a ser fixada em 4%.-----

-----Tomou a palavra o *Sr. Marco Claudino* para indicar que o Partido Social Democrata, tal como no ponto anterior, iria votar a favor por uma questão de responsabilidade.-----

-----Referiu que também nesta taxa o valor tributável aumentou, não na receita, mas no o valor tributável uma vez que a redução foi de 5 para 4% que representa 20% na redução de uma taxa, a verdade é que em termos de receita absoluta ela não chegou a 19%.-----

-----Disse ainda que se com a taxa de 4%, cobrada este ano, se registou um valor superior em termos de valor tributável, este valor deverá aumentar ainda mais para o ano, uma vez que o desemprego com certeza que vai descer tal e qual o Senhor Primeiro Ministro disse. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a receita de IRS de 2009 para 2010 reduziu cerca de €468.000.-----

-----De seguida, o Presidente da Mesa Sr. Alberto Avelino submeteu o ponto à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 39 votos a favor e 2 abstenções fixar em 4% a taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2011 a cobrar em 2012, a que os municípios têm direito em cada ano.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 3 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, AO LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, A COBRAR NO ANO DE 2011, NO VALOR DE 1,5% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO N.º 2 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 14580 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 2 de Setembro, a propor o lançamento de uma derrama no valor de 1,5%.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o princípio que presidiu à manutenção da taxa é o dos dois pontos anteriores sendo €1.500.000 o valorexpectável da receita.-----

-----O representante do CDS-PP, *Sr. João Pedro Gomes* disse compreender que é difícil angariar receitas, tendo em conta a conjuntura nacional da economia e por arrastamento, a municipal, mas a posição do partido que representa é conhecida e preconiza que uma gestão mais eficiente e equilibrada permitiria poupar e reduzir algumas taxas.-----

-----Salientou que a derrama já está no seu limite máximo, anotando que só pagam as empresas que dão lucro, o que já é um feito e estas deviam ser premiadas e não tributadas no máximo.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* declarou que o Partido Social Democrata não iria votar contra, pois são

realistas e conhecem a realidade económica actual do concelho e do país. Se em anos anteriores apresentaram propostas para reduções, este ano, entendem que não há condições para o fazer e como força política com aspirações ao poder, iriam votar favoravelmente. -----

----Questionou sobre a ininteligível curva registada nos dados referente à evolução dos valores arrecadados desde 2004 a 2010, tendo o edil prestado os devidos esclarecimentos.-----

----Terminadas as intervenções passou-se de imediato à votação do ponto:-----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 39 votos a favor e 2 abstenções autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, ao lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2011, no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 4 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2011, PREVISTA NA LEI N.º 5/2004 DE 10 DE FEVEREIRO - LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

----Presente ofício número 14581, da Câmara Municipal, de 2 de Setembro, a propor a fixação da taxa supra mencionada no valor de 0,25%.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* salientou a pouca relevância da taxa e a injustiça na sua tributação, pois deveria ser aplicada aos operadores, mas a lei assim o obriga e como tal propôs a manutenção da percentagem que vigora desde que a taxa foi criada.-----

----Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação do ponto em epígrafe.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor e 7 abstenções, fixar em 25% a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2011.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 5 – AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONTRATAR EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, EXCEPCIONADO, PARA FINANCIAMENTO DA REPARAÇÃO/REPOSIÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELAS INTEMPÉRIES DE 23/12/2009, ATÉ AO MONTANTE DE € €1.959.775,00 EM CUMPRIMENTO DO DISP(OSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

----Presente ofício número 14578, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2 de Setembro a solicitar o agendamento deste assunto, informando que o Executivo deliberou seleccionar a proposta apresentada pela Déxia Sabadell, com taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 1,98%.-----

----Foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, que informou que este empréstimo não conta para o endividamento municipal e que na véspera tiveram conhecimento da aprovação de uma

candidatura para cobrir uma parte das despesas, pelo que, o montante utilizado será inferior.-----

----O **Sr. Marco Claudino** interveio no sentido de questionar se a candidatura referida é ao Fundo de Emergência Municipal e se não foi o caso qual a razão. Lembrou que o Decreto-Lei 225/2009, de 14.09, estabelece o regime de concessão de auxílios financeiros à administração local em situação de declaração de calamidade e cria o Fundo de Emergência Municipal no valor de €9.000.000 que visa a concessão de auxílios financeiros às autarquias locais para recuperação de equipamentos públicos da responsabilidade das mesmas, após a declaração de calamidade.-----

----Lembrou ainda que a Resolução de Conselho de Ministros 2/2010, permite a utilização deste fundo e dispensa o requisito da declaração de calamidade pública.-----

----Expressou algumas dúvidas quanto ao empréstimo uma vez que não sabendo o montante preciso que vão utilizar, estavam a correr o risco de não ter o spread mais vantajoso. -----

----O **Sr. José Augusto de Carvalho** manifestou o voto favorável do Grupo Municipal do Partido Socialista à contracção do empréstimo, atentos os fundamentos, as condições da melhor proposta serem excepcionalmente favoráveis e tendo como certeza que o montante indicado não será atingido face à candidatura mencionada pelo edil.-----

----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, aludindo à listagem de infra-estruturas/equipamentos a reparar, inquiriu se a reparação da variante do Alto do Seixinho (entre Queijo Saloio e rotunda da EM 1056) incluiu a rua D. Dinis.-----

----O **Sr. João Pedro Gomes** quanto às obras elencadas e pensando que a grande maioria das reparações já foram realizadas, questionou se o valor em causa será para pagar a totalidade das obras.-----

----Teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, para confirmar que a Câmara Municipal candidatou-se a um programa do governo para calamidades que prevê 60% a fundo perdido e apenas irão utilizar 40% do valor do empréstimo. Este é o modo correcto de se fazer o empréstimo e se posteriormente tiverem participações, estas serão a diminuir ao valor contratado .-----

----Disse também não ter conhecimento que se consiga “spreads” melhores para quantias mais pequenas, antes pelo contrário.-----

----No que se refere à Rua D. Dinis esclareceu que é só a Variante que está contemplada.-----

----Informou ainda que de facto há algumas obras que já estão feitas, o que não quer dizer que estejam pagas e o valor em causa será para utilizar nas obras descritas.-----

----O membro **Marco Claudino** mostrou-se satisfeito por a Câmara ter recorrido ao Fundo de Emergência Municipal. Quanto às obras listadas questionou qual o montante que já foi gasto, se foi cabimentado e qual o montante que falta. -----

----Reportando-se à proposta do edil de acrescentar na listagem de reparações o valor de €100.000 para pavimentação de arruamentos em Cambelas questionou se essa obra se enquadra no âmbito

desta lei excepcional de endividamento, antevendo problemas com o Tribunal de Contas.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que todas obras estão fundamentadas e fotografadas e resultaram das intempéries. O Tribunal de Contas, em caso de dúvidas actuará sobre a obra referida, não pondo em causa a candidatura no seu global e não são lançadas obras sem estarem cabimentadas, regra legal que a Câmara Municipal cumpre sempre.-----

----De seguida, o Presidente da Mesa, submeteu à votação o ponto em discussão.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, excepcionado, para financiamento da Reparação/ Reposição de danos causados pelas intempéries de 23/12/2009, até ao montante de €1.959.775,00.-----

----Anota-se que estavam, presentes na sala 40 membros.-----

PONTO 6 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA O) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO E NO N.º 2 DO ART.º 3.º DO DECRETO –LEI 209/2009, DE 03/09;-----

----Presente ofício número 15390, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16 de Setembro a solicitar o agendamento da proposta de criação de 12 assistentes operacionais para trabalhar nas cozinhas escolares municipais.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* explicou que existem 10 funcionários com contrato a termo certo a trabalharem nas cozinhas escolares da autarquia, cuja relação jurídica de emprego termina em Fevereiro de 2011 e esta proposta visa assegurar a continuidade, com qualidade, do trabalho.-----

----Pedi o uso da palavra a *Sra. Rita Sammer*, anotando que são 10 funcionárias que cessam os contratos e é proposto a contratação 12. Questionou se são contratos a termo certo.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que os contratos em causa são por tempo certo. Agora estão a abrir vagas no quadro por tempo indeterminado.-----

----A *Sra. Rita Sammer* lembrou as medidas anunciadas na véspera pelo Senhor Primeiro Ministro com forte referencia ao congelamento de admissões e redução do número de contratados na função pública, pelo que julga que a Câmara Municipal não deve contrariar estas medidas. Estão a engrossar o número de funcionários no quadro com a criação de lugares de assistentes operacionais, que não são necessariamente cozinheiras, pois podem futuramente executar outras funções .-----

----Pensa que a Câmara Municipal não equacionou medidas alternativas, que existem nesta matérias as quais, provavelmente, não seriam tão onerosas e não constituem um compromisso a longo prazo.-

----Disse ainda não entender como é que esta proposta se conforma com as medidas anunciadas pelo Primeiro Ministro.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* afirmou que serviço agora prestado aos refeitórios tem corrido muito bem, graças às IPPS, aos Presidentes de Juntas de Freguesia e à Câmara Municipal. É um

sistema do qual se orgulham, querem ver reforçado e tudo farão para o manter.-----

----Informou que recentemente a Câmara investiu numa cozinha (Escola Básica da Conquinha) que é uma referência no concelho e na região.-----

----Quanto a engrossar o quadro de pessoal da Câmara informou que em 2007 existiam 723 funcionários já com os contratos a termo, em 2008, 730, em 2009, 732 e agora existem 727.-----

----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa*, concordou que tem havido por parte da autarquia e parceiros um grande esforço para prestar o serviço de refeições.-----

----Aproveitou para dar nota das dificuldades de obter pessoal para assegurar este serviço, através dos Programas Ocupacionais do IEFP uma vez que o sistema, que estava a funcionar muito bem, agora foi centralizado. Já fez um pedido em 12.08 e volvidos mais de 50 dias ainda não obteve resposta, pelo que inquiriu se a Assembleia Municipal não pode levantar esta questão a nível nacional.-----

----Pedi de novo o uso da palavra a *Sra. Rita Sammer* dizendo que pensar em propostas alternativas não significa que se ponha em causa a qualidade do serviço prestado. Se não quer pensar em outras alternativas qual a razão de terem optado pela admissão e de não fazerem contratos a termo certo.-----

----Entende que os contratos não podem ser renovados, percebe que há expectativas do ponto de vista humano assim como a questão de assegurar a qualidade, mas a Câmara não procurou alternativas e seguiu pelo caminho mais fácil.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o refeitório está a laborar no limite das suas capacidades quer em termos de confecção das refeições quer em termos de pessoal e daí a necessidade de um reforço até porque têm mais solicitações deste serviço, nomeadamente das escolas da cidade.-----

----Lembrou que para além do tempo lectivo há muitas actividade ligadas à Câmara Municipal e ao Sector de Educação, cujas refeições saem deste refeitório. -----

----Reforçou que é política da Câmara Municipal, criar estabilidade no emprego àqueles que trabalham na autarquia, que pretendem manter,.-----

----Não se registando mais intervenções, passou-se à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 33 votos a favor e 9 abstenções, aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras, em cumprimento da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção e no n.º 2 do art.º 3.º do Decreto –Lei 209/2009, de 03/09 .-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 7 - AUTORIZAÇÃO PARA O ÓRGÃO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, DURANTE O MANDATO EM

CURSO, DELIBERAR SOBRE A ATRIBUIÇÃO ANUAL DE APOIO FINANCEIRO AO SERVIÇO SOCIAL DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS ATÉ AO MONTANTE DE 17.000,00 EUROS, NOS TERMOS DO DISPOSTO DA ALÍNEA E) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 14576, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 2 de Setembro, solicitar autorização do apoio financeiro anual em título, durante o mandato em curso.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve introdução ao assunto, salientando que se trata de um pedido de autorização na expectativa do Governo vir a regulamentar o disposto no art.º 43.º da Lei do Orçamento de Estado para 2010.-----

-----Não se registaram intervenções tendo o Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, colocado o ponto à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor e 9 abstenções, autorizar o Órgão de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, durante o mandato em curso, deliberar sobre a atribuição anual de apoio financeiro ao Serviço Social dos Trabalhadores do Município de Torres Vedras até ao montante de 17.000,00 Euros.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 8 – APROVAR, NOS TERMOS DO ART.º 6 DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, A PROPOSTA DE REVISÃO À ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS;-----

-----Presente ofício número 15389, da Câmara Municipal, de 16 de Setembro, solicitando o agendamento da proposta em epígrafe.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que a revisão surge por imperativo legal, e obriga a uma nova adaptação e enquadramento do quadro de pessoal. Pretende-se implementar novas unidades orgânicas, que correspondem à estrutura actual mas no fundo mantêm-se na essência o quadro existente.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* começou por aludir às medidas de contenção de despesa anunciadas pelo Governo e já referidas por alguns membros nas suas intervenções para questionar se não se podia aproveitar esta legislação para fazer mais fusões, se as cinco divisões são necessárias na organização dos serviços dos SMAS e se não poderia haver mais concentração de serviços. -----

-----Quanto à estrutura proposta, o desaparecimento do “Armazém” pareceu-lhe estranho e questionou se a Divisão de Estudos e Projectos não poderia ser englobada numa outra divisão.-----

-----Manifestou algumas dúvidas se esta seria a estrutura mais ligeira para os SMAS, se não podia haver uma simplificação maior e deste modo serem mais ambiciosos na reestruturação.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que mantendo-se as unidades orgânicas, as subunidades

são reduzidas em cerca de 1/3.-----

----Fez notar que por detrás deste quadros há pessoas que prestam serviços, que têm carreiras e expectativas, com o qual têm que lidar procurando um equilíbrio, sendo isso que têm tentado fazer e é essa a postura que seguirão no futuro.-----

----De seguida deu a palavra ao administrador do SMAS *Sr. Sérgio Simões*, que alertou não estarem a discutir se esta reorganização afecta ou não o pessoal. Estavam a aprovar uma reestruturação dos serviços, tendo o grupo de trabalho constituído para o efeito, procurado, de uma forma eficiente e por força da lei, enquadrar uma série de gabinetes em divisões que já existiam.-----

----Informou a Assembleia Municipal que hoje decide o número máximo de unidades flexíveis orgânicas e sub orgânicas e a estrutura nuclear. Posteriormente a Câmara aprovará sob proposta dos SMAS as atribuições e competências das unidades e das subunidades.-----

----O *Luís Carlos Lopes* assentiu que por detrás há sempre pessoas, factor que têm que ter em conta e a Bancada do PSD nunca proporá qualquer medida radical em relação aos SMAS.-----

----Inquiriu se todas as cinco divisões têm Chefe de Divisão em funções, tendo a resposta sido afirmativa.-----

----Não se registando mais intervenções, passou-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de revisão à organização dos serviços da administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 9- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE LICENCIAMENTO DAS DIVERSAS ACTIVIDADES PREVISTAS NO DECRETO LEI N.º 310/2002 DE 18.12, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09;-----

----Presente ofício número 12305, da Câmara Municipal de 23 de Julho, a remeter o projecto em título, atentas as competências do Órgão Deliberativo em matéria regulamentar.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a alteração proposta aos artigos 11.º, 14.º e 18.º surge por adaptação à lei geral e refere-se aos guarda nocturnos.-----

----Não se registaram intervenções, pelo que se passou à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta da 1.ª alteração ao Regulamento Municipal sobre Licenciamento das diversas actividades previstas no Decreto Lei n.º 310/2002 de 18.12, em cumprimento da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 10 – AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À REDE CIVITAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA M), DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18

DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente ofício número 15391, da Câmara Municipal de 16 de Setembro, a solicitar o agendamento da proposta de adesão supra identificada.-----

-----O *Sr. Rodrigo Miranda* manifestou a sua satisfação pelo o interesse do município em aderir à rede e ao fórum Civitas, iniciativa que foi lançada pela Comissão Europeia em 2000, para apoiar as cidades europeias com vontade de introduzir e testar medidas ambiciosas e inovadoras para o melhoramento dos transportes urbanos.-----

-----Salientou como principais temas do projecto, os veículos e combustíveis limpos, estratégias integradas de preço nos transportes colectivos, alteração de estilos de vida com menor utilização de transporte próprio e preferência pelos transportes públicos, aplicação de medidas ligeiras e inovadoras para a mobilidade urbana e ainda melhor gestão dos transportes, juntando assim Torres Vedras a cidades como Braga, Cascais, Faro, Funchal, Porto ou Vila Nova de Gaia, bem como outras cidades de Espanha.-----

-----Salientou ainda que irá contribuir para imagem de cidade de Torres Vedras, como sendo um local sustentável, para se viver, tal como tem sido uma aposta do Executivo que se empenha no melhoramento da qualidade ambiental, mobilidade e sustentabilidade, aposta que tem vindo a ser reconhecida por várias entidades. -----

-----O *Sr. Diogo Guia* referiu que sendo o idioma português e espanhol qual a razão de assinar em castelhano a declaração de compromisso.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que essa era uma das regras da candidatura.-----

-----O *Sr. Diogo Guia* solicitou ao edil que prestasse a informação por escrito relativamente ao fundamento. Não questionava mas discordava da assinatura por um membro de uma Câmara Municipal de um documento em língua castelhana.-----

-----Após esta intervenção o Presidente da Assembleia Mesa, Sr. Alberto Avelino, submeteu à votação a adesão em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão do Município de Torres Vedras à Rede CIVITAS.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 11 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Julho, Agosto e Setembro do corrente ano a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, onde informa que a dívida a fornecedores em 20/09/10 é € 3.913,278,64 e o saldo de

tesouraria €2.761 797,98.-----

-----Interveio o **Sr. Rodrigo Miranda** para felicitar o Executivo Municipal pelos inúmeros eventos que se realizaram para promoção da praia de Santa Cruz assim como pela inauguração do Mercado Municipal, que em muito contribuem para a dinamização e promoção do concelho.-----

-----Atenta a noticia veiculada no jornal” Badaladas” sobre o investimento da autarquia em seis ciclovias urbanas em Torres Vedras, o **Sr. João Bastos** questionou sobre as características das mesmas e se os projectos estão disponíveis ao público para emitir opiniões.-----

-----Associando-se ao primeiro interveniente o **Sr. Diogo Guia** cumprimentou a Câmara Municipal pela actividade que promoveu em Santa Cruz.-----

-----Pese embora lhe pareça ter havido uma redução de geral afluência, também felicitou a organização do Ocean Spirit, solicitando informação sobre as contas. Mencionou ainda a boa prestação dos SMAS no espaço dedicado às crianças.-----

-----Aproveitou para renovar o seu pedido para receber o Plano de Urbanização de Santa Cruz e reportando-se a “Saneamento e Salubridade – Esgotos”, do documento em discussão, disse que do mesmo não resulta claro a evolução a nível do saneamento. A Carvoeira continua a ser mencionada sem se descortinar o efeito útil.-----

-----No seguimento de intervenção sua na sessão anterior sobre uma obra sem vedação na Praia da Vigia, assentiu que o edil estava correcto e ele não, mas a situação continua a merecer atenção, pois as malhas que vedam a obra podem ser facilmente rompidas, devendo, sobre os proprietários do imóvel ser exercida mais apertada vigilância.-----

-----Concluídas as intervenções usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos.-----

-----Abordando a questão das ciclovias informou que iria diligenciar no sentido do projecto ser remetido ao membro.-----

-----Quanto às contas do Santa Cruz Ocean Spirit lembrou que o evento é organizado por uma entidade externa, à qual se associam e tem sido prática remeter à Câmara Municipal as contas no final de cada edição pelo que devem ter conhecimento das mesmas brevemente.-----

-----Relativamente ao PU de Santa Cruz, informou que foi elaborado por uma empresa externa à Câmara. Encontra-se em apreciação na CCDR e quando for devolvido aos serviços a informação pretendida será disponibilizada ao membro. -----

-----No que se refere ao saneamento e para além das obras descritas, deu nota que estão quase concluídas as redes de Dois Portos, S. Domingos de Carmões e Carvoeira.-----

-----Referindo-se à TVPar, que foi noticia por o processo estar em fase de EIA, para aumentar para 17,8 ha, pois tinha havido grande procura de lotes, o **Sr. Luís Carlos Lopes**, considerou que a expansão devia ser muito maior. -----

-----Reportando-se às contas que continuam a ser um problema e lembrando que na última sessão o edil informou que a seu pedido a Assembleia Geral da TV-PAR foi suspensa, por causa de uma proposta de aumento do capital, referiu que é um problema em que a Câmara terá que se chegar à frente. Lembrou ainda que o capital social já está a negativo e urge recapitalizar.-----

-----Assim gostaria de saber qual é o plano da Câmara Municipal, tendo em conta os constrangimentos que presentemente existem.-----

-----Tendo sido um assunto igualmente veiculado na comunicação social, manifestou o seu desagrado ao ênfase dado pelo Director do Teatro Cine à sua eventual colocação no Teatro D. Luís e que deu a ideia de estar “danadinho” de ir para lá. Torres Vedras acolheu-o bem e poderia ter sido mais discreto e menos enfático-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que o Director do Teatro Cine, Sr. João Miguel Garcia, o informou previamente que ia concorrer ao lugar e depois que tinha sido seleccionado. Assim, não ficou admirado com a entrevista, gosta de trabalhar com pessoas ambiciosas e apraz-lhe registar que Torres Vedras consiga servir o Teatro de S. Luís em Lisboa. -----

-----Quanto à expressão que a “Câmara terá que se chegar à frente” no que se refere à TVPar não entende que seja bem assim e terão que aguardar.-----

-----Confirmou que a Assembleia Geral foi suspensa a seu pedido, quando chegaram ao aumento de capital, não foi retomada e já não o será pois o prazo foi ultrapassado.-----

-----Prosseguiu indicando que a situação de hoje que é a de ontem não é do seu agrado e será mau para o município investir mais capital na empresa. Há outras soluções, que já foram apresentadas ao sócio maioritário, às quais aguardam resposta e espera que no decurso deste ano arranjem solução para este problema.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 24.10 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
